

**PORTARIA NORMATIVA Nº 03, DE 12 DE JUNHO DE 2019.**

Dispõe sobre a criação, instalação e funcionamento do Escritório Descentralizado do CAU/MT, no município de Sinop (MT), conforme Deliberação Plenária nº 00478/2019 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT, no uso de suas atribuições legais e institucionais, que lhe confere o art. 35, inciso III da Lei 12.378/2010, art. 151, parágrafo XLV e art. 152 do Regimento Interno;

Considerando que compete aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), na forma do art. 34, inciso III da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, na forma do Regimento Geral do CAU/BR;

Considerando que os agentes de fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo devem ser arquitetos e urbanistas, investidos na função pelo CAU/UF a que estiverem vinculados, de acordo com o art. 9º da Resolução CAU/BR nº 22, de 4 de maio de 2012;

Considerando que o CAU/MT através da Deliberação Plenária DPOMT nº 00478/2019 deliberou sobre a criação do escritório descentralizado, de acordo com o seu Regimento Interno, planejamento estratégico e disponibilidade financeira;

RESOLVE:**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a criação, instalação e o funcionamento do Escritório Descentralizado (ED) no município de Sinop e o exercício das atividades de representação no âmbito dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Para os fins desta Resolução adotam-se as seguintes definições:

I – Escritórios Descentralizados: são os espaços físicos instalados fora da sede do CAU/MT, incumbidos de exercer, de forma descentralizada, as atividades previstas no art. 24 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010;



II – Representações: são as atividades exercidas pelos agentes autorizados e lotados no local de instalação do Escritório Descentralizado.

Art. 3º Compete aos CAU/MT, na forma da Lei nº 12.378, de 2010, e respeitadas as disposições desta Portaria, criar, instalar e dispor sobre o funcionamento, nas respectivas jurisdições, de escritórios descentralizados e representações, com o objetivo de aperfeiçoar e descentralizar o cumprimento das funções de orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo único. Para a criação do escritório descentralizado no município de Sinop, a jurisdição fica estabelecido nas áreas da abrangência e de limites geográficos da respectiva atuação nos municípios do norte do Estado de Mato Grosso, a saber: Nova Mutum, São José do Rio Claro, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Brasnorte, Sorriso, Vera, Feliz Natal, Juína, Porto dos Gaúchos, Sinop, Juara, Claudia, Itaúba, Marcelândia, Colíder, Aripuanã, Juruena, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Cotriguaçu, Nova Monte Verde, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Colniza, Nova Bandeirantes, Apiacás, Paranaíta, Alta Floresta, Carlinda, Matupá e Guarantã do Norte.

Art. 4º A sede do CAU/MT fará o controle e a orientação das atividades cometidas ao escritório descentralizado no município de Sinop e representações, podendo suspendê-las temporária ou permanentemente, em qualquer tempo, por decisão de seu Plenário.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DA ESTRUTURA DOS ESCRITÓRIOS DESCENTRALIZADOS

Art. 5º O escritório descentralizado e a atividade de representação será criado, instalado e organizado em sede física, sob a forma de órgãos da estrutura administrativa e operacional do CAU/MT.

Art. 6º O escritório descentralizado terá como finalidade primordial e obrigatória o apoio às ações de fiscalização, respeitadas as disposições do ato de criação quanto às atividades e suas jurisdições.

Parágrafo único. Nos escritórios descentralizados somente serão exercidas atividades coerentes com a função legal dos CAU/MT, cumprindo metas de gestão e eficiência, estabelecidas pelos planejamentos estratégicos do mesmo.

Art. 7º No escritório descentralizado será realizadas atividades fiscalizatórias, administrativas e institucionais, diretamente vinculadas à sede do CAU/MT, por meio das representações.



§ 1º As atividades de fiscalização e de administração nos escritórios descentralizados serão exercidas por empregados públicos efetivos do CAU/MT, designados pelo Presidente do CAU/MT.

§ 2º As atividades de representação institucional do escritório descentralizado serão exercidas por pessoa qualificada, mediante indicação do Presidente do CAU/MT e sujeita à homologação do respectivo Plenário.

§ 3º As eventuais atividades de gerência de escritórios descentralizados poderão ser exercidas por empregados públicos efetivos ou de livre provimento e demissão.

Art. 8º O escritório descentralizado funcionará em espaço físico instalado de forma fixa.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas ações fiscalizatórias e administrativas de forma itinerante, desde que efetuadas por empregados públicos efetivos do CAU/UF.

Art. 9º. O escritório descentralizado possuirá identidade visual, segundo o Manual de Identidade Visual do CAU, projetando visibilidade aos escritórios e reforçando a imagem institucional do CAU.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESCRITÓRIO DESCENTRALIZADO

Art. 10. São atribuições dos escritórios descentralizados:

I – apoiar as atividades de fiscalização do exercício profissional a cargo do CAU/MT, dentro dos limites das respectivas áreas de abrangência;

II – apoiar as atividades de administração dos serviços a cargo do CAU/MT, dentro dos limites das respectivas áreas de abrangência;

III – apoiar as atividades de representação institucional a cargo do CAU/MT, dentro dos limites das respectivas áreas de abrangência;

IV – orientar a sociedade e os profissionais quanto à regulamentação profissional;



V – observar as orientações provenientes da sede do CAU/MT em relação às atividades de fiscalização, administração e de representação institucional;

VI – encaminhar relatório de suas atividades à sede do CAU/MT, na periodicidade determinada pelos atos próprios do respectivo CAU/MT.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DESCENTRALIZADO

Art. 11. As atividades de fiscalização e de administração do escritório descentralizado deverão ser exercidas por empregados públicos efetivos do CAU/MT, designados pelo Presidente do CAU/MT.

Art. 12. Serão lotados na estrutura funcional de cada escritório descentralizado pelo menos três empregados públicos efetivos do CAU/MT, sendo um agente fiscal, um empregado do atendimento e um empregado do administrativo.

§ 1º Poderá compor a estrutura funcional dos escritórios descentralizados um gerente de escritório descentralizado.

§ 2º A quantidade de pessoas a serviço de cada escritório descentralizado será definida pelo CAU/MT, de acordo com as disponibilidades financeiras e as necessidades de operação do respectivo escritório.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE GERENTE DE ESCRITÓRIO DESCENTRALIZADO

Art. 13. O gerente de escritório descentralizado terá por atribuição orientar e coordenar todas as atividades do escritório descentralizado, competindo-lhe:

I – representar o escritório descentralizado na área sob sua jurisdição, em conformidade com as metas e objetivos a serem alcançados;

II – orientar, coordenar e supervisionar as atividades fiscalizatórias, administrativas e institucionais do escritório descentralizado;



III – propor à presidência do CAU/MT o estabelecimento de normas e critérios técnicos que assegurem maior eficácia aos serviços do escritório descentralizado; e

IV – apresentar relatórios das atividades desenvolvidas pelo escritório descentralizado na forma do art. 11, inciso VI desta Resolução.

§ 1º Um mesmo empregado público do CAU/MT, investido da função de gerente de escritório descentralizado, poderá coordenar as atividades de mais de um escritório descentralizado.

§ 2º A designação do gerente de escritório descentralizado não poderá recair em profissionais que, na respectiva gestão, tenham sido eleitos para cargo de conselheiros estaduais ou federais.

§ 3º Nos casos em que, na estrutura organizacional do CAU/MT não houver os cargos de gerente de escritório descentralizado, as atividades correspondentes a esse cargo serão exercidas pelo empregado público do CAU/MT designado pela Presidência do CAU/MT.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Fica vedada a criação, para os fins de exercício de forma descentralizada das funções de que trata o art. 24 da Lei nº 12.378, de 2010, com quaisquer outras denominações ou funções diversas das definidas nesta Resolução, fora da sede do CAU/MT.

Art. 15. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 12 de junho de 2019.

ANDRÉ NOR
Presidente do CAU/MT